

Crescimento sem equidade

CORAL PEY DANTE DONOSO LUIS ARELLANO



No início do século XXI, o Chile apresenta características paradoxais. O país que se exhibe como paladino da abertura econômica constata que as medidas adotadas não são suficientes para reativar a economia, reduzir o desemprego alto e persistente e as assimetrias profundas. O setor privado não responde aos estímulos monetários e tributários, e o velho Estado precisa intervir, financiando milhares de empregos de emergência, o que faz lembrar os momentos mais duros da década de 1980.

As dificuldades econômicas impostas pela crise mundial são aproveitadas pelo setor privado. Assim são reduzidas ao mínimo as precárias regulamentações ambientais; criados obstáculos ao aumento de tributos necessário para financiar os gastos sociais; reduzido substancialmente o alcance de uma reforma trabalhista básica; e, finalmente, imposta uma agenda empresarial que se tornou conhecida como “agenda pró-crescimento”.¹

Nesse contexto, o governo se esforça para concretizar a agenda comercial que parece seguir um curso diferente da agenda de desenvolvimento. Essa agenda comercial tem mostrado forte dinamismo, com a assinatura de vários tratados de livre comércio. O mesmo não ocorre com os acordos, pactos e convênios relacionados à legislação internacional, que enfrentam grandes dificuldades em sua implementação.

A abertura comercial extrema não tem sido coerente com a proteção da produção nacional – empresas médias e pequenas e agricultura tradicional, as grandes geradoras de emprego no país. Por sua vez, o desemprego persistente gera insegurança na população, reduz a demanda e provoca um impacto negativo na economia, no emprego e, conseqüentemente, na qualidade de vida do povo. Hoje em dia, se vive pior no Chile do que há 30 anos.

Apesar disso, as esferas oficiais insistem em uma estratégia de abertura comercial de acordo com as regras da OMC (Organização Mundial do Comércio), seguindo o conceito de “regionalismo aberto” impulsionado no começo dos anos 1980 e que prosseguiu na década de 1990. Embora o Chile tenha assumido compromissos com vários países do mundo, um dos objetivos principais é conseguir o tratado de livre comércio com os EUA.

No final de 2000, antes da Cúpula do Mercosul, em Florianópolis, o Chile foi convidado pelo então presidente Clinton a iniciar negociações para um acordo de livre comércio.² Embora o gesto não tivesse valor por causa do final da administração Clinton, o convite foi aceito. Assim, foi adiada uma estratégia de articulação no âmbito do Mercosul, que teria permitido chegar a um consenso sobre a posição sub-regional em relação a negociações para a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

No entanto, apesar dos esforços de países como Chile e EUA, a Alca não avançou na velocidade esperada por seus promotores – as sucessivas administrações dos EUA. Agora, o país procura sua viabilização, com assinatura de tratados bilaterais, como aqueles assinados com Canadá, México e países da América Central, e do tratado que se esforça para estabelecer com os EUA.

As razões apresentadas para o acordo comercial entre os dois países estão fundamentadas no fato de que os EUA são o principal destino das exportações chilenas, a origem principal das importações e o principal país investidor.³ É preciso assinalar que a balança comercial bilateral tem sido tradicionalmente deficitária para o Chile, tendo chegado a um déficit de US\$ 150 milhões em 2000.

As vendas para os EUA seguem a regra geral das exportações chilenas para diferentes destinações. Na sua maioria, são provenientes de recursos naturais (53,4%), seguidas por 36% de produtos manufaturados baseados em recursos naturais e somente menos de 10% de produtos manufaturados não

1 A agenda fixa as prioridades da política econômica para os próximos quatro anos do governo do presidente Ricardo Lagos.

2 O Chile procura ser parceiro comercial dos EUA desde 1991.

3 No entanto, o Chile comercializa atualmente com quase todas as áreas do planeta e assinou tratados de livre comércio (ou está no processo de fazê-lo) com os principais blocos comerciais do mundo (EUA, União Européia) e é membro da Apec (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). No total, o Chile assinou acordos de investimentos com cerca de 50 países.

baseados em recursos naturais. Essa relação é rompida em âmbito sub-regional, pois as exportações para os países-membros do Mercosul têm um maior grau de processamento ou provêm do setor de serviços.⁴

Até o momento, os principais itens de exportação para os EUA concentram-se em quatro setores básicos. Com relação às importações, cerca de 20% do total procedem dos EUA. No ano 2000, as importações alcançaram US\$ 3, 338 bilhões, dos quais 51,8% correspondiam a produtos intermediários, seguidos por bens de capital (39,5%) e bens de consumo (8,4%).

De longe, os EUA são o principal fornecedor de produtos de telecomunicação e informática, num montante que superou US\$ 650 milhões em 2000. Equipamentos para telefonia móvel constituem 62,8% das importações de telecomunicações e computadores alcançam 57,9% das importações da área de informática.

Segundo a Cepal, o Chile captou cerca de US\$ 41,8 bilhões de investimentos durante a década de 1990, registrando entradas sem precedentes nas áreas de recursos naturais (33% para o setor de mineração) e serviços (22,6%). Os investimentos dos EUA representaram 29% do total recebido pelo Chile. Segundo a mesma fonte:

“essas entradas de investimento estrangeiro direto tiveram um impacto forte sobre o desempenho exportador do país, principalmente na mineração e em outras áreas vinculadas a recursos naturais (florestal, agrícola e pesqueira)”.

Em maus lençóis

A estratégia econômica aplicada pelo Chile provocou o aumento da concentração de riqueza, entre outros impactos negativos que relativizam a fórmula mágica de que maiores fluxos de investimento e exportação se traduzem em mais crescimento econômico e mais empregos para o país.⁵ No entanto, isso esteve longe de acontecer, com os investimentos, concentrados na compra de empresas que já estavam em funcionamento, nas áreas de telecomunicações, eletricidade, finanças, ou em recursos naturais de pequeno valor agregado.

Apesar do dinâmico comércio internacional, o país não consegue corrigir situações de exclusão e de assimetrias progressivas nos aspectos socioeconômicos e de gênero. Isso põe em questão a estratégia de “crescimento com seguridade social” delineada para 2002.⁶

Segundo o último levantamento da Casen,⁷ o percentual de desemprego no Chile – que ameaça tornar-se estrutural – chega perto dos dois dígitos. Alcança 11,5% entre as mulheres e 9,4% entre os homens. Em relação aos índices de pobreza, 20% da população vive abaixo da linha de pobreza, enquanto a pobreza extrema atinge 5,7% – equivalente a 850 mil pessoas. Entre estas, 20% da população mais pobre corresponde a 32,5% de mulheres desempregadas e a 23,1% de homens.

A pobreza também mostra assimetrias por regiões geográficas, com bolsões de pobreza que superam 32% e 27% (Nona e Oitava Regiões, respectivamente). Desse panorama, não escapa a Região Metropolitana.⁸

Em matéria de distribuição de renda, o Chile exhibe uma das realidades mais desiguais do planeta. Dez por cento da população recebem somente 3,7% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos continuam recebendo 53,4%.⁹

Com relação ao emprego, o Chile tende a maior flexibilização da mão-de-obra, insegurança de emprego e crescimento do emprego informal. Uma das principais áreas de emprego no país está no setor de serviços e, especialmente, em serviços comerciais e pessoais. No caso das mulheres, o serviço doméstico alcança 16%. Embora tenha havido esforços para formalizar o setor, estendendo a cobertura dos benefícios da Previdência Social e da Saúde, esses não abarcam todo o emprego feminino, especialmente o serviço doméstico.

4 A mesma situação se verifica nos intercâmbios com a Comunidade Andina das Nações (CAN).

5 De acordo com a economista Consuelo Silva, “(estes) destacam-se pelo fraco impacto na geração de emprego direto total e no emprego feminino em particular. Por exemplo, a mineração, que contribuiu com pouco menos de 50% das exportações totais de 1998, não aportou mais de 2% do emprego total do país e somente contribuiu com 0,34% de todo o emprego feminino naquele ano.” *Revista Oikos*, Ano 3, n. 8, 1999.

6 A Cepal, no documento “Gasto Social en América Latina”, menciona o Chile entre os países com alto nível de desigualdade e concentração de renda durante a década de 1990: “mesmo naqueles países que conseguiram manter um ritmo alto de crescimento sustentável – Chile entre outros –, a distribuição de renda mostrou enorme resistência a alterar seu grau elevado de concentração...”.

7 Pesquisa domiciliar, realizada em 2000 pelo Ministério do Planejamento, Mideplan. Não inclui as trabalhadoras domésticas.

8 Na Região Metropolitana, vive 1/3 da população chilena. Composta por 52 comunas, em algumas delas a pobreza atinge 31%, segundo levantamento da Casen. No extremo oposto, há comunas com índice de 0%. *Jornal La Tercera* de 17 de fevereiro de 2002.

9 Pesquisa Casen 2000.

Outro setor deficitário é o da Educação, no qual o aumento dos gastos públicos ainda é insuficiente para diminuir as diferenças de qualidade entre a educação recebida pelos setores de baixa renda e o de maiores recursos. Em relação à cobertura do ensino superior, a distância entre a parcela de pessoas 20% mais rica e a de pessoas 20% mais pobre é de sete vezes.

Em 2000, 106 mil crianças entre 14 e 17 anos, equivalente a 10% do grupo etário, deixaram a escola. A maioria delas (76%) faz parte dos 40% da população de menor renda.

Moderno, mas nem tanto

Na área rural, houve uma concentração da propriedade da terra¹⁰ e, paralelamente, manteve-se a presença do minifúndio,¹¹ com a economia camponesa de subsistência.¹² Isso originou um fenômeno de migração da mão-de-obra da agricultura tradicional¹³ para a agricultura de exportação e para outros setores da economia. A agricultura de exportação incrementou a presença feminina numa atividade de importância crescente para a economia nacional.

Entretanto, a modernização do campo foi acompanhada de um processo de precarização do emprego.¹⁴ O número de trabalhadoras temporárias ou sazonais chegou a 200 mil por ano, e seu trabalho contribuía com US\$ 1 bilhão para o país,¹⁵ mesmo sofrendo condições precárias tanto trabalhistas quanto sanitárias. Por exemplo, expostas a pesticidas proibidos em seus países de origem, com conseqüências gravíssimas de malformação de feto.¹⁶ A despeito de alguns progressos em matéria de Previdência e Saúde, a situação dessas trabalhadoras não melhorou, pois continuam impedidas de sindicalização e de participar de negociações coletivas.

No final de 2000, 83,6% da população pobre residia nas zonas urbanas e 16,4% nas rurais. Em relação à pobreza extrema, 79,2% das pessoas estavam localizadas nas zonas urbanas e 20,8% nas rurais. Entretanto, a incidência relativa da pobreza e da pobreza extrema era mais alta no setor rural (23,8% e 8,3%, respectivamente) do que no urbano (20,1% e 5,3%, respectivamente).

A assimetria entre a população rural e a urbana também se revela no acesso à Educação, em seus diferentes níveis (pré-escolar, ensino básico e educação secundária) e agravando-se no primeiro e no terceiro caso. Nas áreas urbanas, a cobertura atinge 92%, enquanto no setor rural é somente de 76,8%.

A agenda oficial se inclina progressivamente para as reivindicações empresariais, confiando que os investidores nacionais e estrangeiros criariam fontes de trabalho para reativar a economia e fazer declinar as taxas de desemprego.

Nessa lógica, continua sendo prioritária a assinatura de tratados de livre comércio, de benefícios questionáveis para o país, especialmente por formularem “igualdade de condições” entre economias profundamente desiguais.

Além disso, as negociações comerciais são regidas unicamente pelas legislações nacionais. Descartam, assim, compromissos assumidos no contexto das Nações Unidas e debilitam, progressivamente, os mecanismos protetores internos, como os controles sobre o capital financeiro. As negociações continuam a ser feitas a portas fechadas, sem participação da sociedade civil e com informação distorcida sobre os compromissos assumidos e suas implicações.

Isso nos traz às seguintes questões: tentamos melhorar a vida das pessoas no marco de um fenômeno de globalização equitativo ou tornamos o país mais lucrativo para o mercado externo e mais competitivo para os setores em condições de atuar segundo as regras do jogo impostas pelos organismos financeiros multilaterais, por mais anacrônico que isso possa parecer num mundo pós-Guerra Fria? Estamos na presença de uma forma possível de avanço na implementação de princípios do direito internacional, consagrados em acordos assinados pelos Estados, em uma espécie de *globalização dos direitos*, ou a dimensão internacional vai abarcar somente as regras da OMC? A questão continua sem resposta. ■

Aliança Chilena por um Comércio Justo e Responsável (ACJR)
<alianzajc@ctcinternet.cl>

10 Em geral, a terra está concentrada nas mãos de 312 proprietários, que detêm uma superfície agrícola de mais de 26 milhões de hectares.

11 Os produtores médios são 17 mil, com uma média de 300 hectares. Além disso, 9 mil outras propriedades ocupam 15,5 milhões de hectares.

12 Esta corresponde a 102 mil propriedades agrícolas, com uma superfície total de pouco mais de 1 milhão de hectares, mas que não atingem 10 hectares cada uma.

13 A ausência de apoio à agricultura familiar camponesa, que compreende 376 mil propriedades, com um total de 8 milhões de hectares, leva à transformação em trabalhadores agrícolas ou à migração para as cidades grandes. Isso acontece mesmo havendo uma carta de intenção assinada entre setores oficiais e representantes dos camponeses (2000).

14 Os camponeses totalizam 1,25 milhão de pessoas. Destes, o número de trabalhadores/as agrícolas assalariados/as reduziu-se de 800 mil para 700 mil de 2000 a 2001. De acordo com os números do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

15 “Agricultura con manos de mujer”. *El Mercurio* de 17 de dezembro de 1999.

16 Foi constatada a presença de cerca de 40 pesticidas altamente tóxicos, proibidos na esfera internacional, e causadores de danos neurológicos, câncer, malformações congênitas e morte. *El Mercurio* de 20 de agosto de 2000.